

ARTIGOS

NA PROCURA DAS ORIGENS DA AGB...

LOOKING FOR AGB ORIGINS....

Perla Brígida ZUSMAN¹

RESUMO: A reflexão sobre a produção da Geografia no Brasil, seus problemas e especificidade remete-nos à história de tal produção. Neste sentido, a história institucional e seu vínculo com seu próprio contexto traz importantes elementos para compreender o processo de desenvolvimento de uma disciplina tão questionada do ponto de vista epistemológico. O presente trabalho pretende apresentar uma interpretação particular do papel da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) no seu contexto de fundação. Organizada em 1934, esta Sociedade Geográfica apareceria envolvida ao projeto territorial da elite ilustrada paulista. A ação de Pierre Monbeig e sua visão da Marcha para o Oeste em São Paulo, a partir do conceito de frente pioneira joga um importante papel.

Palavras-chave: Sociedades Geográficas, Associação de Geógrafos Brasileiros, Pierre Monbeig, São Paulo, frente pioneira.

ABSTRACT: The reflection about Geography production in Brazil, its problems and specificities bring us back to the history of this

¹ Pesquisadora do Instituto de Geografia, Universidade de Buenos Aires. Bolsista do Conicet (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas) — Argentina — Departamento de Geografia, Universidade Autônoma de Barcelona. Mestre em Integração da América Latina. Título outorgado pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil.

Perla Brígida Zusman

production. Within this framework, the analysis of institutional history and its links with its own context lighten the understanding of the developing process of a discipline so questioned from the epistemological point of view. This paper pretends to present a particular interpretation of the function of the Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) in its foundational context. Organized in 1934, this geographical society appear to be well linked to the territorial project of the paulista illustrated elite. Pierre Monbeig action and this particular vision of the West March in São Paulo from the analysis of the pioneer fringe concept take an important rol.

Keywords: Geographical societies, Associação de Geógrafos Brasileiros, Pierre Monbeig, São Paulo, pioneer fringe.

SOCIEDADES GEOGRÁFICAS E CONSTITUIÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO BRASILEIRO

Anteriormente à conjuntura reconhecida na bibliografia clássica da História da Geografia brasileira como de organização do campo autônomo da disciplina (MORAES, 199; MONTEIRO, 1980), podemos identificar dois períodos que acompanham os processos políticos que acontecem no Brasil. Após sua independência, o Brasil organiza-se politicamente sob uma forma de governo monárquico onde, embora a unidade estivesse simbolicamente garantida e identificada na figura do monarca, esta também precisou de mecanismos particulares para sua efetivação (MURILHO DE CARVALHO, 1980). Neste sentido, a apropriação territorial tanto nas suas formas materiais quanto ideológicas (criação da identidade nacional) era um requerimento do Estado monárquico constituído em 1822 (OSÓRIO MACHADO, 1990²). Nesta tarefa comprometeram-se o Instituto Histórico e Ge-

² Osório Machado entende o processo de unificação territorial como “produto e partícipe do processo de formação do Estado Brasileiro”. Desmistifica assim a visão da historiografia clássica segundo a qual esta seria uma herança natural do período de dominação lusitana. Ela demonstra que, na verdade, na época colonial

ográfico Brasileiro (IHGB) e a Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro (SGRJ) (ZUSMAN, 1994). A República Velha quebra o centralismo imperial e coloca a ênfase na organização federativa do Brasil. Na realidade, esta nova forma de organização política permitiu a hegemonia dos estados bem sucedidos economicamente: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Por seu lado, a abolição da escravidão nos finais do período imperial coloca em xeque uma problemática não discutida até o momento: a questão da cidadania. Assim, entende-se o auge do debate a respeito da identidade nacional e o papel chave que lhe coube à educação neste contexto. A partir de diferentes perspectivas a educação aparece cumprindo uma importante função na busca de “superar os males que historicamente têm afetado ao Brasil” (LIPPI OLIVEIRA, 1990). A Geografia enquanto disciplina ensinada, vinculada a propósitos formativos não poderia estar ausente (VLACH, 1988). Os responsáveis pela construção do discurso disciplinar buscaram elaborar uma estratégia epistemológica de legitimação científica³ sem que isto levasse a uma institucionalização acadêmica da Geografia. Os discursos inaugurais da Escola Livre Superior de Geografia organizados no interior da SGRJ são mostras disto (SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO, 1927).

A revolução de 30 reformula o projeto político nacional. Os novos atores no poder almejam a unidade nacional, desta vez não sob a hegemonia monárquica mas nas mãos de um Estado modernizado, dotado de um aparelho burocrático, intervencionista e hierárquico (DRAIBE, 1985). No en-

não existiu um governo centralizado, mas uma uniformidade de códigos jurídico-administrativos. Assim, a continuidade com a casa dos Bragança, age como “artifício político” para assegurar, a partir da legitimidade dinástica, a soberania sobre um território apresentado como patamar da unidade do Estado diante dos perigos representados pelos movimentos separatistas e pela própria cisão vivenciada na América hispana.

³ Para definir uma estratégia epistemológica de legitimação científica nos apoiamos em ESCOLAR (1991) [Trata-se de] “uma modalidade precisa de apropriação temática genérica e de construção metodológica de um objeto de estudo singular”, que, num determinado contexto histórico, considera-se válida para legitimar as práticas e sujeitos agrupados numa instituição que se pretende legitimar.

tanto, São Paulo dominado pela oligarquia cafeeira não está disposto a submeter seus próprios interesses aos nacionais. A revolução constitucionista de 1932 (CAPELATO, 1981) e seu fracasso não significam para a elite paulista deixar de lado sua idéia de nortear o desenvolvimento e a política brasileira. E é o setor intelectual desta elite nucleada em torno à família Mesquita e ao jornal "*O Estado de S. Paulo*" que continua a batalha política a partir do campo cultural. A formação de uma elite internalizada nos valores sociais destes grupos era objetivo da primeira universidade, que se organiza neste período, no Brasil (MICELI, 1979). Dita universidade, faz da área humanística seu eixo e procura tornar esta casa de estudos um centro de excelência acadêmica de nível internacional trazendo para este fim professores diretamente da França (MASSI, 1991). Dentro deste contexto, organiza-se a primeira cadeira de Geografia na Universidade de São Paulo a cargo do Professor P. Deffontaines e também a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB).

SÃO PAULO E O IMPERIALISMO BENÉFICO

O Regionalismo Paulista e o Movimento Bandeirante

As reivindicações paulistas encontram seu fundamento ideológico no clima particular que se vivencia no Brasil do ponto de vista cultural entre 1920 e 1930. Com efeito, como dito anteriormente, as próprias elites intelectuais, em suas diferentes tendências, tentam construir, a partir do campo simbólico, uma nova comunidade imaginada (ANDERSON, 1993) para o Brasil. Estas tentativas abandonam toda perspectiva européia, considerando-a um obstáculo para a compreensão da própria realidade e vão na busca das peculiaridades regionais, tanto do ponto de vista mítico, quanto material. Neste contexto, pode-se compreender a formação de movimentos regionalistas como o luso-tropicalismo, que busca construir a identidade do Brasil a partir da defesa da cultura nordestina, o regionalismo mineiro e o movimento verde-amarelo representante, este último, dos interesses paulistas (PIMENTA VELLOSO, 1990).

Em particular, o movimento verde-amarelo reivindica a figura do **bandeirante**. Reconhecia-se os bandeirantes como um conjunto de particulares que, no século XVI, interessados em aumentar sua riqueza através da procura de metais preciosos, iam na busca dos mesmos partindo da Capitania de São Vicente (Estado de São Paulo). Neste afã, avançavam sobre os territórios para além dos limites estabelecidos com o Império hispânico. O bandeirante ingressa na historiografia brasileira como o agente principal na construção do território colonial, possibilitando, através de sua ocupação efetiva, a legitimação necessária para as reivindicações do Tratado de Madri. Entre os anos 1920 e 1930 e, em particular, dentro do movimento verde-amarelo, o bandeirante adquire um caráter épico. Exaltado como o herói civilizador a partir de sua ação de irrupção e avanço pelos terrenos não colonizados pelo Império português, o bandeirante se faz depositário da “alma da nação brasileira”. Isto significa que, do ponto de vista simbólico, sua ação de apropriação territorial seja considerada pioneira no processo de constituição do Estado Nacional (RAIMUNDO, 1995).

A figura do bandeirante é tematizada diferencialmente pelos militantes deste movimento. Um dos intelectuais que exalta a figura do bandeirante é Cassiano Ricardo⁴. Este autor frisa não só a contribuição territorial da “gesta” bandeirante, ao considerá-la responsável pela construção das atuais fronteiras nacionais, mas também assinala sua importância na constituição de uma “democracia social” no Brasil a partir da solidariedade social e econômica que a própria necessidade de avanço sobre o indígena e o sertão⁵

⁴ Cassiano Ricardo foi membro do movimento verde-amarelo e de uma de suas cisões: o grupo bandeira. Durante o Estado Novo colaborou diretamente com o regime sendo responsável por uns dos principais órgãos difusores da ideologia política do período varguista como o foi o Departamento Político Cultural da Radio Nacional. Para uma análise de seu pensamento e suas vinculações com as visões geográficas do Estado Novo ver DINIZ (1994a e b).

⁵ O termo sertão na história territorial brasileira poderia ser considerado uma metáfora que faria referência a áreas não colonizadas pelo branco, hostis ao mesmo enquanto estavam submetidas a uma lógica de organização política e social diferenciada; a da população indígena. De qualquer maneira, o termo agia como forma de apropriação nominal e estímulo para sua ocupação com o processo da

produzia entre os membros da própria “gesta”. Dentro deste contexto a ação bandeirante aparece como o antecedente de um Brasil democrático e símbolo da representação da “unificação nacional”. Apoiado nas visões raciais vigentes na época, Cassiano Ricardo considera que na marcha de avanço para o sertão participam brancos, índios e negros, contribuindo cada um com as potencialidades naturais determinadas por sua origem de “raça”. A partir de sua perspectiva, o índio contribui com sua mobilidade social, o negro com a abundância de sentimentos e o português com o espírito de aventura e comando (RAIMUNDO, 1994:79). Esta visão a respeito do caráter democratizador que Cassiano Ricardo outorga ao bandeirante, encontrará certa semelhança com o discurso de Monbeig a respeito da Marcha para Oeste em São Paulo e o pioneirismo. Aqui também, como nas bandeiras, as próprias atividades de avanço da fronteira agrária igualam a todos os participantes da mesma orientados por uma ação comum.

Os contatos entre o movimento verde amarelo e o Grupo de “O Estado de São Paulo” que liderara a formação da Universidade de São Paulo não foram poucos. De fato, alguns intelectuais participaram em ambos movimentos (RAIMUNDO 1995:33). Vejamos então como, sobre este patamar ideológico, “O Estado de São Paulo” monta a sua própria estratégia de “regeneração nacional”.

“O Estado de São Paulo”: a regeneração nacional e a criação da Universidade de São Paulo

Em particular, o Grupo em torno do Jornal “O Estado de São Paulo” reunia “alguns intelectuais orgânicos da oligarquia cafeeira e uma brilhante ala dissidente cujas posições se afirmavam então democráticas e modernizadoras” (BOSI, 1982; CARDOSO, 1982:43)⁶. Através de inquéritos, docu-

Marcha para o Oeste. A metáfora do deserto para o caso argentino ou a idéia de *wilderness* para o caso norte-americano jogaram um papel semelhante à metáfora do sertão. A respeito ver ZUSMAN (1995).

⁶ O grupo estaria conformado por Júlio Mesquita, diretor do jornal até a sua morte. A partir daí Armando Salles de Oliveira torna-se presidente da empresa, e Júlio

mentos e matérias de Jornal, o Grupo fez um diagnóstico da realidade nacional e construiu uma proposta para levar adiante, caso atingisse o poder.

Segundo a própria leitura de Júlio de Mesquita Filho na matéria a “Crise Nacional” (15-11-1925), o Brasil encontrava-se numa crise política resultada da existência do poder em mãos das oligarquias locais. Ele acreditava que com o advento da democracia esta situação poderia ser revertida. Neste sentido, dois caminhos eram traçados para “a regeneração nacional”: o primeiro destacava o voto obrigatório, o segundo situava na questão educativa seu centro de atenção.

Inspirado na teoria de Pareto da circulação das elites, Júlio de Mesquita considerava que todos os indivíduos, através da educação, poderiam ter a possibilidade de ascender ao campo da política, significando isto, por sua vez, que só aqueles com capacidades comprovadas para desempenhar-se nesta função poderiam tornar-se membros das elites dirigentes. Nesta concepção, onde a democracia era vista como “o governo constituído por elementos tirados do povo e preparados pela educação” (CARDOSO, 1982: 32), a Universidade adquire um papel importante não só como formadora de professores para os níveis médio e superior, mas também para o preparo das elites dirigentes. Nas palavras de Fernando de Azevedo, no Inquérito sobre a Instrução Pública de 1926 (*apud* CARDOSO, 1982: 39):

“Se considerarmos, por um lado, a influência cada vez mais pronunciada das ciências na direção das sociedades modernas e, por outro lado, a complexidade crescente de que se revestem os problemas técnicos que os governos são obrigados a enfrentar, compreende-se a ‘função política’ que desempenham os institutos de cultura superior onde terão de se formar as nossas classes dirigentes.”

Mesquita Filho diretor do Jornal. São redatores, nesta época, Plínio Barreto, Paulo Duarte, Léo Váz, Amadeu Amaral e Vivaldo Coaracy. Fernando de Azevedo participou na redação de 1923 a 1926. Incorporaram-se às suas campanhas esporadicamente: Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, Alberto de Faria, Afrânio Peixoto, Oscar Freire e Paulo Pestana (CARDOSO, 1982: 43).

O projeto universitário torna-se o eixo dos planos políticos da elite paulista apresentando-se como o espaço onde poderia se conformar um grupo político socializado em seus ideários “democráticos”. O novo grupo dirigente poderia no futuro não só guiar os destinos do Estado de São Paulo, mas também todo o Brasil. Isto efetivamente asseguraria uma **regeneração nacional** veiculada pelo Estado de São Paulo. A formação desta elite política aparecia como uma variante e continuação no século XX da ação bandeirante, recuperada também pelo movimento verde-amarelo.

Assim, no documento “a Comunhão Paulista” Júlio de Mesquita Filho (1922) frisa o caráter expansivo deste Estado e a importância da sua contribuição para o Brasil todo. Mesquita Filho conceitua esta visão nos termos do **imperialismo benéfico** materialmente verificável na “expansão do território brasileiro realizada pela ação do bandeirante paulista; a política de expansão ferroviária interna e internacional, realizada pela comunhão paulista; o crescimento da produção de café paulista, que além de suprir as necessidades da população, ampara o país nas suas necessidades de ouro” (CARDOSO, 1982:38).

A ação bandeirante então estava agora nas mãos da elite dirigente paulista em formação e em uma educação universitária que pusesse a ênfase nos destinos de São Paulo como guia da Nação. Esta era a estratégia particular deste setor político para contribuir na resolução dos problemas identitários chave discutidos no Brasil no final dos anos 20. Foi este ideário que alentou a revolução de 1932. O fracasso desta revolução demonstrou a urgência de levar para frente o plano político proposto. Assim, explicita Júlio de Mesquita no seu discurso como paraninfo da primeira turma de licenciados pela Faculdade de Filosofia em 1937 (*apud* NADAI, 1987:245):

“Ao sairmos da Revolução de 32, tínhamos a impressão perfeitamente nítida de que o destino acabava de colocar a São Paulo em posição idêntica àquela em que se achava, após guerra, a Alemanha, o Japão, no dia seguinte ao bombardeamento de seus portos pela esquadra norte-americana, e a França, depois de Sedán. (...) **Para os males que**

nos acabrunhavam, a história apontava o remédio. Daí a fundação da nossa Universidade e conseqüentemente a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.” [grifos nossos]

A incorporação de membros do “Grupo do Estado”⁷ permite a objetivação do projeto: a formação de um centro de altos estudos público nas dependências do Governo Estadual, com sua medula na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A universidade do Grupo do Estado apresenta-se como um centro de altos estudos “destinado” a produzir um pensamento livre, crítico e desinteressado que, através de sua “ação bandeirante” regeneraria a cultura política nacional.

Agora bem, caberia perguntar-se em que medida poderíamos dizer que a Geografia contribuiu para levar adiante o projeto da elite intelectual de São Paulo. Enquanto este saber era incluído entre as disciplinas que conformavam o ciclo básico de todos os cursos ministrados na Universidades de São Paulo, outorgava-se lhe um importante papel na formação das novas elites dirigentes⁸. Vejamos então de que maneira a Geografia respondeu às expectativas colocadas neste discurso disciplinar.

⁷ Trata-se da nomeação de Armando Salles de Oliveira como interventor estadual e de Fernando de Azevedo como Ministro de Cultura do dito Estado.

⁸ O papel desempenhado pela Geografia na formação da consciência nacional é frisado por F. Azevedo, Diretor Geral de Instrução Pública no período em que se organiza a Universidade de São Paulo, no seu trabalho *Sociologia Educacional*. Segundo este educador, escola novista “a geografia é (...) “como uma medalha cunhada à imagem do povo, é a transmissão, enfim, de uma mesma cultura e de um mesmo espírito, de tradições e ideais comuns, [junto com a história] são outros tantos meios de que, por outra parte, a escola se serve para assimilar as novas gerações e desenvolver-lhes a consciência e o ideal nacional”. O autor, neste caso, considera que o conhecimento das características da superfície terrestre “na região que habitamos” seria possível a partir de uma disciplina que tivesse nesta (a geografia) seu centro de preocupação.

ESTUDIOSOS E AMADORES DA GEOGRAFIA ANIMADOS PELA MESMA PAIXÃO DE DESCOBERTAS E COMPREENSÃO DO SEU PAIS⁹

Todavia, a elite ilustrada paulista não só almejava ter um protagonismo no plano nacional como também no plano internacional. A constituição de um centro cultural e científico de excelência lhe permitiria adquirir, por sua vez, um papel destacado no campo acadêmico mundial. Em conformidade a este ideário, professores estrangeiros são contratados para ministrar aulas na USP. O maior número deles provêm da França (MASSI, 1991; LEFEBVRE, 1990; CUNHA 1980)¹⁰.

Na primeira “missão” francesa chega o Professor **Pierre Deffontaines** (1894-1978), discípulo de Brunhes, formado em direito (1916) e em História e Geografia (1918). Ele insere-se no meio acadêmico do Brasil aos 40 anos com uma carreira já desenvolvida, parte dela, no Instituto Católico de Lille (VILA VALENTI, 1980). O Professor Deffontaines assume a cadeira de Geografia da Universidade de São Paulo. Mas a tarefa de Deffontaines não se restringe apenas a ministrar aulas na casa de estudos recém organizada. Ele faz as gestões para fundar a **Associação dos Geógrafos Brasileiros** sobre o modelo da Association de Geographie Française.

⁹ Palavras correspondentes à apresentação que Pierre Deffontaines faz no primeiro número da *Revista Geografia*, primeira publicação da AGB.

¹⁰ Foram contratados 16 professores europeus; 6 franceses, 4 italianos, 4 alemães, 2 portugueses e um americano. Para filosofia: Etienne Borne, Jean Mangué (franceses), para sociologia: P. A. Bastide, Claude Lévi-Strauss (franceses); para geografia: P. Monbeig, P. Deffontaines (franceses); para zoologia: Ernst Marcus, Ernst Breslau (alemães); para botânica: Felix Rawistcher (alemão); para matemática: Luigi Fantappie (italiano), para física: Cleb Wathagim (russo naturalizado italiano); para química: Heirich Rheimboldt (alemão), para língua e literatura francesa: Robert Garric, Pierre Hourcade, Alfred Bonzon (franceses), para filologia portuguesa: Francisco Rebelo Gonçalves, Fidelino Figueiredo (portugueses), para história da civilização americana: Paul Vanorden Shaw (norte-americano) (CUNHA, 1980: 240-241).

Este geógrafo francês congrega estudiosos de procedências políticas e disciplinares díspares no dia 7 de setembro na sua casa da rua Angélica. Os assistentes a esta reunião foram: o geólogo e professor da Escola Politécnica da USP, Luís Flores de Moraes Rego, o historiador Rubens Borba de Moraes que a partir de 1935 tornou-se diretor da Biblioteca Municipal, o historiador de orientação marxista descendente de uma família tradicional paulista Caio Prado Jr. (DUTRA FONSECA, 1991; LIMONGI, 1987), e o médico, Geraldo Horácio Paula Souza, diretor do Instituto de Higiene da Faculdade de Medicina.

A elite paulista sente-se convocada a participar nesta instituição. Assim, entre os sócios da AGB figuram Júlio de Mesquita Filho, o historiador, vinculado à Revolução Constitucionalista de 1932 e diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Alfredo Ellis Junior¹¹ e o industrial ligado à Escola Superior de Sociologia Roberto Cochrane Simonsen¹², entre outros.

Qual poderia ser o interesse destes intelectuais e políticos em organizar uma Associação de Geógrafos?

Segundo os objetivos dos Estatutos de 1938, primeira regulamentação da Sociedade, a AGB estabelecia como seus princípios:

¹¹ Alfredo Ellis estudou direito na Universidade de São Paulo, participou da Revolução de 32. Foi deputado estadual em duas oportunidades. Prestou concurso para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, defendendo uma tese sobre bandeirismo. Fez parte do grupo verde-amarelo. Grande parte de sua produção centrou-se no estudo da história de São Paulo e do bandeirismo. Ver por exemplo, *Novas bandeiras e novos bandeirantes* (1922), *O bandeirismo e o recuo do meridiano: pesquisas nos documentos seiscentistas* (1924), *Confederação ou separação* (1931), *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euroamericano* (1935), *Capítulos da História social de São Paulo* (1944), entre outros (CORREIA, 1954).

¹² Roberto Simonsen formou-se em engenharia, foi um empresário paulista extremamente bem-sucedido, autor da primeira história econômica do Brasil, fundador da Federação de Indústrias de São Paulo (FIESP) e da Escola da Sociologia e Política daquele estado. Também participou da fundação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) (SCHWARTZMAN, 1987:61).

“pesquisar e divulgar assuntos geográficos, principalmente brasileiros.”
(Art. 1)

“para atingir seu objetivo, a Associação realizará reuniões periódicas de seus associados, levará a efeito excursões de estudos, manterá uma publicação periódica e procurará, por meio de fundação de núcleos filiados, ou em cooperação com organizações similares, irradiar suas atividades pelo território do país.” (Art. 2)

Pesquisa, excursões, publicação de uma revista são os objetivos que mostrariam o intuito de organizar um centro com atividades de caráter científico e que procura manter-se alheio a todo conflito social e político.

“A Associação não poderá fazer parte de manifestações políticas ou religiosas e nem tratar qualquer assunto estranho aos seus objetivos.”
(Art. 3)

No entanto, em um artigo publicado no jornal que liderou o projeto de formação da USP, “O Estado de São Paulo”, e cujo diretor, como já dissemos, formava parte da AGB, atribuí-se a esta Associação outros tipos de objetivos, diferenciados daqueles explícitos nos seus estatutos. Esta matéria é atribuída a Moraes Rego, sócio-fundador da AGB. Sob o título “A expansão econômica de São Paulo e a Associação dos Geógrafos Brasileiros” Moraes Rego discute as vantagens naturais que o sítio de São Paulo apresenta para contribuir tanto ao desenvolvimento do Estado quanto do país. Este geólogo da USP frisa os progressos econômicos que este Estado tem vivenciado, especialmente nas atividades industriais. Por sua vez, destaca a necessidade de criar mercados para os produtos de São Paulo. Com este propósito outorga importância à extensão de infra-estrutura adequada de comunicação entre São Paulo e os estados vizinhos. Dentro de todo este quadro de transformações e mudanças econômicas que vivencia o Estado, Moraes Rego busca demonstrar a importância das tarefas correspondentes à AGB, redefinindo os objetivos desta instituição geográfica da seguinte maneira:

“A Associação de Geógrafos Brasileiros, fundada em São Paulo, tem por objetivo geral o **desenvolvimento dos estudos geográficos do paiz, especialmente São Paulo e das regiões adjacentes (...)**.

Promoverá o **conhecimento** dessas regiões sobre diversos pontos de vista mas com **orientação essencialmente geográfica**, isto é, sem perder de vista o **methodo geográfico** baseado nos princípios bem conhecidos de extensão, da coordenação e da causalidade.

Servirá como **coordenadora e animadora dos esforços** no sentido de **valorizar vastos territórios brasileiros**.

A Associação, além de ser órgão de desenvolvimento da **cultura paulista**, desempenhará um papel relevante de caráter **prático** na evolução moderna da **vida econômica do Brasil**.

De um lado **fará a propaganda das regiões a desenvolver junto ao capital e seu commercio**, tornando conhecidos seus recursos e suas possibilidades. De outro **cooperará com os governos da União e estaduais** para a resolução das questões ligadas ao progresso desses territórios.

A influência da Associação far-se-á sentir junto às **populações locais**, mostrando-lhes o interesse que dedicam ao **melhoramento de suas condições econômicas** as **classes esclarecidas do Brasil**.” (MORAES REGO, 1935) [grifos nossos]

Esta apresentação de Moraes Rego é mais explícita e clara em relação aos objetivos da fundação AGB que os próprios estatutos da Associação. Nesta transparece o entrosamento da Associação com o projeto político-econômico do Estado. Abrigada na sua particularidade epistemológica (enquanto saber globalizador)¹³ e apoiada na cientificidade garantida

¹³ O caráter historicamente globalizador do conhecimento geográfico permite que num âmbito institucional reconhecido como uma Associação de Geógrafos agrupem-se especialistas em diferentes áreas: historiadores, geólogos, médicos, políticos, e que sem dúvida eram imprescindíveis para legitimar o projeto territorial em questão. Poderíamos nos perguntar se, por exemplo, uma associação de

pela adscrição a Escola Francesa (enquanto marco conceitual com legitimidade apoiada na tradição disciplinar) a Geografia se apresenta como um saber com características adequadas para legitimar a tarefa política de modernização e progresso do Brasil, e em particular de São Paulo, no que se refere à valorização territorial e ao desenvolvimento regional.

PIERRE MONBEIG -FUNDAÇÃO DE UMA GEOGRAFIA INSTITUCIONAL-ACADÊMICA PARA SÃO PAULO

No ano de 1935, Pierre Deffontaines deixa as suas atividades em São Paulo. Ele é convocado para ministrar aulas de Geografia Humana na Universidade Federal do Rio de Janeiro, recentemente organizada. Simultaneamente chega a São Paulo a segunda missão francesa com professores mais jovens, com o título de “agregée” e que exerciam sua profissão em liceus da França. Entre eles chega Pierre Monbeig. Com o traslado de Pierre Deffontaines para Rio, Pierre Monbeig assume a cadeira de Geografia Humana e a direção da AGB.

Pierre Monbeig (1908-1984) é considerado pela historiografia brasileira e internacional como um dos “fundadores” da Geografia do Brasil (ANDRADE, 1977; GEIGER, 1988; THERY Y DROULERS, 1991). Formado nesta disciplina na Sorbonne, Monbeig desenvolve também nesta universidade seus estudos de agregação. Durante sua passagem pela Espanha dedicou-se ao estudo das ilhas Baleares. Dois anos mais tarde é convidado pelo Prof. George Dumas¹⁴, para ministrar aulas na Universidade de São

geólogos poderia ter reunido intelectuais formados em tão diversas áreas sem questionar a legitimidade desta instituição, o que não acontece com uma instituição geográfica. Por sua vez, malgrado as vinculações da AGB com a USP ela consegue fugir de algumas das restrições estabelecidas pela próprias exigências acadêmico-universitárias. Ela podia, por exemplo, agrupar membros da Escola Politécnica com membros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

¹⁴ Para Massi (1991), Georges Dumas poderia ser considerado o mediador na “conquista cultural” da França na América. Ele incentiva a criação dos Instituto

Paulo. A atividade de Monbeig em São Paulo contou com o estímulo e apoio do Júlio de Mesquita, espécie de mecenas da missão francesa (MASSI, 1991: 221). Começa assim a atividade de Monbeig para desenvolver institucional e discursivamente o campo da Geografia de São Paulo. Ocupa primeiro a cadeira de Geografia (1935-37) e, posteriormente, a de Geografia Humana (1937-46). Assume a presidência da AGB após a gestão de Deffontaines e é continuamente reeleito nesta função até o final de sua permanência no país. Monbeig torna-se o porta-voz de um projeto acadêmico para a disciplina que tem seus pilares na **Geografia regional, nos conceitos da paisagem e do complexo geográfico e no trabalho de campo**. Este projeto aparece explicitado na sua conferência intitulada “Orientação Didática” (1935). Nela Monbeig procura incentivar o estabelecimento de uma cadeira de Geografia Regional, a complementação das atividades de ensino e de pesquisa e a realização de trabalhos de campo.

Para Monbeig a Geografia Regional apresentava-se; por um lado, como uma estratégia que legitimava a disciplina como discurso útil aos fins de contribuir na formação dos valores nacionais. Ela permitiria o conhecimento “a fundo dos traços característicos das regiões nem sequer análogos, mas extremamente diferentes (...) que lhe permitam (ao estudante) enriquecer os conhecimentos geográficos de sua terra natal” (MONBEIG; 1935: 108).

Por outro lado a Geografia Regional era uma proposta didática adequada aos fins do ensino da disciplina.

“A força de considerar unicamente as generalidades, o estudante se esquece de que a geografia é uma ciência de base territorial.” (MONBEIG, 1935: 107).

Pierre Monbeig rejeita a proposta de separar o curso de geografia do curso de história. Considera que isto significaria mudar o perfil do curso.

Franco Brasileiro de Alta Cultura em Rio de Janeiro (1922) e São Paulo (1928) além da organização do Liceu Franco Brasileiro. Dumas será o responsável pela escolha dos professores que formarão a missão francesa.

Perla Brígida Zusman

“A perda do contato com as disciplinas vizinhas, especialmente com a história levaria a Geografia à asfixia.” (MONBEIG, 1944:9).

Desta maneira MONBEIG, enquanto continuador da linha vidaliana, reconhece uma íntima vinculação entre a Geografia e a História situando a disciplina no campo das ciências humanas.

Além desta proposta epistemológica, a tarefa de MONBEIG orienta-se também no caminho de conceituar os processos sócio-econômicos que vivencia o Brasil e especificamente São Paulo. Poder-se-ia dizer que ele funda a linha de trabalho¹⁵ que aborda a questão do crescimento urbano e o avanço do pioneirismo. Assim, na sua volta à Europa esta proposta objetiva-se em seus dois trabalhos complementares **Pioneiros e Fazendeiros do Estado de São Paulo** (1951), **La croissance da ville de São Paulo** (1953) e no desenvolvimento de estudos referenciados na área da Geografia Tropical.

Concepção e Método da Geografia

Na sua aula inaugural ao curso de Geografia Humana Monbeig faz o esforço por definir o objeto da Geografia. Remete-se para isto a noção utilizada por De Martonne:

“Ocupa-se a geografia da **repartição** dos fenômenos físicos, biológicos e humanos pela superfície do globo, de suas causas e das **relações** dos fenômenos entre si.” (MONBEIG, 1940b:11) [grifos nossos]

A conclusão que Monbeig extrai desta afirmação é que a Geografia faz descrições de caráter explicativo, que baseia sua excepcionalidade (SCHAEFFER, 1977) na sua generalidade, e no seu contato com a realidade. Monbeig contrapõe a noção de generalidade aplicada à Geografia ao conceito de especificidade própria dos estudos dos botânicos. Estes últimos especialistas, segundo a visão do autor, não têm em conta o leque de rela-

¹⁵ Na realidade, Monbeig continuaria o trabalho iniciado por Deffontaines na abordagem do pioneirismo.

ções entre objetos, por exemplo. Outra característica dos trabalhos geográficos é para Monbeig que estes não seriam estudos **abstratos**, pelo contrário eles buscariam **operacionar a realidade**:

“Ocupa-se o geólogo com a idade e estrutura das rochas em si mesmas; estas interessam ao geógrafo na medida em que permitem compreender a evolução e as formas do terreno. Para o economista a grande indústria é uma abstração, cujo mecanismo procura analisar no papel; para nós geógrafos forma ela **uma paisagem nova** que se inscreve no solo, combinações locais e de circunstâncias gerais favoráveis até a própria silhueta do mineiro.” (MONBEIG, 1940b:13) [grifos nossos]

Monbeig encontra na paisagem a **síntese** conceitual daqueles componentes da preocupação do geógrafo (aspectos físicos e humanos) que podem ser trabalhados a partir da **perspectiva particular** da disciplina (generalidade, relações e operação sobre a realidade) e, portanto, justificam sua existência como um campo autônomo do conhecimento. A paisagem seria uma primeira síntese compreensível sensorial e subjetivamente.

“(…) quisera sim, se o horário estrito me permitisse marcar-vos um encontro no pico de Jaraguá. Aí, num dos mais lindos sítios que conheço, perguntaria a cada um de vós o que estava vendo. E cada um de vós diria suas **impressões subjetivas**, humanas, a que acresceriam algo mais: a **compreensão** da paisagem admirável.” (MONBEIG, 1940b:13) [grifos nossos]

Assim, para este autor a primeira aproximação com a paisagem é sensível. Uma segunda síntese, a constituiria o **complexo geográfico**: a análise de uma paisagem tendo em conta todos aqueles elementos que relacionados participam na sua conformação (GIANNOTTI, 1991).

“Para compreender, geograficamente falando, as serras paralelas vista do alto do Jaraguá, é preciso conhecer a natureza das rochas, sua idade e sua história, o clima que exerce, desta ou daquela maneira, sua ação destruidora ou construtora, e por conseguinte característica de pluviosidade, de temperatura, de principais direções dos ventos, de declive, de vegetação.” (MONBEIG, 1940b:14)

Se a primeira síntese é captável subjetivamente, a segunda é analiticamente construída e a terceira é uma “reprodução legível de elementos da paisagem” (MONBEIG, 1940: 14). Neste último caso, utiliza-se a técnica da representação para fazer evidentes aqueles elementos que na paisagem não são facilmente observáveis. Porém, sua valoração baseia-se na possibilidade de conhecimento direto do objeto por parte do sujeito.

“Esta síntese geográfica termina com a confecção de um mapa (...) um processo cômodo de melhor reprodução possível da realidade, ao mesmo título que a frase, o esboço ou a fotografia.” (MONBEIG, 1940 b: 14).

Monbeig propõe assim, um método de trabalho para o geógrafo: sucessivas aproximações que, envolvendo sucessivas sínteses, permitem o conhecimento da realidade. Entretanto, pareceria que o método tão claramente explicitado apresentara-se para Monbeig como etapas do processo de pesquisa, não propriamente como método. No seu discurso explícito o método associa-se ao **trabalho de campo**, componente chave para a construção do conhecimento considerado geográfico.

“Mas era necessário lembrar aos antigos alunos, e provavelmente ensinar aos novos, que a Geografia antes de mais nada descreve; que o geógrafo recoloca a seguir os fatos, registrados e catalogados, no cosmos; que realiza obra de síntese. Seu método? Nenhuma teoria o mostrará melhor do que a prática.” (MONBEIG, 1940b: 17).

Uma Geografia em Movimento — Um Projeto Político em Ação

Monbeig recebe a Geografia vidaliana por vias diferentes às de Deffontaines. Assim, THERY & DROULERS (1991:35) reconhecem, por um lado, a influência de De Martonne em seu interesse pelo levantamento físico e pelos estudos no terreno e, por outro, de Demangeon¹⁶ em sua pre-

¹⁶ Deve-se salientar que nos primeiros momentos a pesquisa de Monbeig em relação “As zonas pioneiras de São Paulo” contou com a orientação de Demangeon.

ocupação pelas pesquisas de população e pelos componentes econômicos na concepção dos estudos geográficos. A Escola dos *Annales*, na defesa de sua visão historicista dos processos sociais, também deixa seu traço na visão do Monbeig.

Sua formação teórica complementa-se com a preocupação pelos estudos empíricos e regionais, sobretudo numa realidade em rápida mudança como é a brasileira. Assim, Monbeig estabelecerá seu centro de atenção na descrição da **Marcha para o Oeste de São Paulo**. Em suas produções posteriores reconhecerá neste processo de avanço da fronteira agrária o comando do capital na “apropriação dos recursos e a organização da circulação do capital e das mercadorias de forma integral na cidade e no campo” (ANDRADE, 1991: 54).

Em primeiro lugar, Monbeig identifica nas áreas de expansão agrícola uma paisagem peculiar e “desconcertante”:

“Perto das estações, casas de madeira espalhadas aqui e ali, serrarias barulhentas; ao longo da estrada de rodagem onde pesados caminhões sacolejam suas cargas, alternadamente o trem circula no meio da floresta ainda intacta ou passa por entre duas alas de plantações nascentes, nas quais os novos pés de café, os algodoeiros e as hastes de milho parecem crescer em promiscuidade no meio das árvores abatidas, grandes demais para serem arrancadas e onde domina ainda alguns troncos calcinados que dão a esta região que desperta a vida, o aspecto de zona devastada.” (MONBEIG, 1940c: 22)

Monbeig descreve esta paisagem como típica do que pode se chamar de **frente pioneira** analisada, entre outros, pelo geógrafo americano ISAIAH BOWMAN¹⁷. Depois desta constatação Monbeig analisara a frente pioneira

Em 1947 André Cholley, seu professor de geografia regional aceitou a direção da tese de doutoramento em letras na Sorbonne (MONBEIG, 1977:17).

¹⁷ Segundo PRESTON JAMES (1977:446), a pretensão de Bowman era levar adiante um estudo dos movimentos pioneiros em todo o mundo a fim de identificar certas condições gerais (físicas, institucionais, políticas e econômicas e motivacionais).

enquanto “complexo geográfico”. Três processos contribuem na conformação da frente pioneira : o processo do avanço da cultura cafeeira, acompanhado da extensão da rede de estradas e ferrovias e a formação de cidades (Marília, Franca, Londrina). Diferentes agentes participam na sua conformação, cada um com diferentes lógicas de ação: o desbravador na busca de sua subsistência, companhias de terras com uma visão especulativa, o colono na tentativa de fazer do cultivo de sua propriedade a atividade principal e o fazendeiro que não desaparece do novo cenário em questão. Monbeig descreve o processo de colonização e os fatores econômicos que o incentivam¹⁸.

A zona pioneira do Estado de São Paulo é “um laboratório” afirma o autor (MONBEIG, 1940c: 55). Laboratório no sentido que ela mostra, num espaço reduzido, como se foram efetivando os processos de ocupação territorial em outros tempos. Mas poderíamos acrescentar também que seria uma amostra dos processos que estavam tendo lugar no Estado de São Paulo: a mistura de raças, a convivência do fazendeiro com o desbravador, a ascensão social. “Novas formas de comunidade rural vão aparecer na região de fazendas imensas, ao mesmo tempo que se desenvolve **uma outra nação**” (MONBEIG, 1940c:550) [grifos nossos].

Suas conclusões, baseadas em exemplos do Oeste de Estados Unidos, Canadá, Austrália, Sul de África, Sibéria, Mongólia, Manchúria e Sul de América, se oferecem em sua obra *The Pioneer Fringe* (1930), fonte destacada por Monbeig tanto nos seus programas de geografia, quanto nas suas reflexões sobre pioneirismo.

¹⁸ MARTINS (1996) analisa criticamente o uso dado pela geografia ao termo de frente pioneira. Para este autor dita tradição disciplinar no Brasil, em verdade, não tem elaborado um conhecimento substantivo em torno aos processos envolvidos no avanço da frente pioneira, preferindo dar conta da maneira em que a “civilização” expande-se territorialmente. Neste quadro, o indígena age como precursor da frente. Desta maneira pareceria que este estivesse à espera da civilização que acabaria com ele. Segundo Martins, dar conta da complexidade deste processo significa não só analisar a sua dimensão econômica, que envolve a passagem da terra para condição de mercadoria, mas também a compreensão do processo de contato e conflito entre os diversos grupos sociais da fronteira com diferentes níveis de desenvolvimento econômico, associados a diferentes modos de vida e temporalidades históricas diferenciadas.

Poder-se-ia inferir desta afirmação, então, que Monbeig associa o pioneirismo ao processo de avanço e ocupação do território, de diversificação e ascensão social, processo desejável para todo o território brasileiro. A frente pioneira de Monbeig apareceria assim carregando tanto a significação de democracia social contida na visão do bandeirante de Cassiano Ricardo quanto dos valores de democracia social, política e de progresso presentes no discurso de Jackson Turner vinculado à Marcha para Oeste americano (OLIVEIRA LIPPI, 1994). Valores estes que impulsionaram também a revolução de 34 e a criação da Universidade de São Paulo.

Em síntese, poderíamos dizer que Pierre Monbeig consolida institucional e discursivamente a Geografia enquanto disciplina tanto na USP quanto na AGB. Utiliza os métodos da Geografia Humana francesa, numa de suas vertentes, para compreender os processos que aconteciam em São Paulo. A partir da abordagem da frente pioneira ele faz da Marcha para Oeste em São Paulo seu principal assunto de pesquisa e, desta maneira, legitima o projeto político econômico de seus protetores: a elite ilustrada paulista.

Em termos de discurso substantivo, a proposta da AGB contrapõe-se a outras propostas de discurso geográfico existentes a nível nacional: em primeiro lugar, a Geografia construída em São Paulo apresenta-se a si mesma como a “Geografia Moderna”, oposta à “antiga” e “ultrapassada “Geografia de Nomenclatura” elaborada no interior do IHGB e a SGRJ (MONBEIG, 1949:325). Em segundo lugar, esta também diferencia-se do discurso emergente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro nos anos 20, de uma Geografia que se define como ciência da natureza e portanto segue o modelo epistemológico naturalista. Como temos destacado, no discurso de MONBEIG a Geografia é conceituada como uma disciplina que integra o campo das ciências humanas que tem seus próprios métodos de aproximação à realidade. Em terceiro lugar, ela também distancia-se do discurso Geopolítico que Carlos Delgado de Carvalho e Everardo Backheuser estavam produzindo naquela conjuntura. Seguindo a linha vidaliana Monbeig e a AGB não compartilhariam a possibilidade de que um discurso científico tivesse um conteúdo ideológico explícito como o apresenta o discurso da Geopolítica.

Nesta perspectiva, a Geografia de São Paulo propõe uma visão disciplinar diferenciada que justifica, a partir do campo estritamente epistemológico, sua difusão no plano nacional. Esta visão disciplinar, fundamentada teoricamente na Geografia Humana Francesa, com capacidade para conceituar os processos que estavam acontecendo em São Paulo, quais sejam: a urbanização, o avanço da fronteira agrária, a industrialização e cuja reprodução era desejável em todo o país, eram os fundamentos que justificavam a promoção do mesmo como o discurso legítimo para a Geografia. Uma variante do projeto de Imperialismo benéfico, formulado por Júlio Mesquita, em seu documento “A comunhão Paulista” desta vez aplicado ao campo disciplinar.

Bibliografia

- ANDERSON, B. *Comunidades Imaginadas*. México: FCE, 1983.
- ANDRADE, M. C. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 54, junho, 1977.
- ANDRADE, M. C. O pensamento geográfico no Brasil. In: *Terra Livre*, n. 9, julho-dezembro, 1991.
- ANUÁRIOS DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS. Universidade de São Paulo, 1934/35, 1936, 1937/38, 1939/1949.
- ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. Uma página da história da Geografia Brasileira. In: *Anais da AGB*. São Paulo, vol. n.1, 1949.
- ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. *Boletim da AGB*, 1942-1945.
- . *Atas das sessões da AGB*, 1939-1945.
- . *Estatutos*, 1938-1945.
- . *Revista Geografia*, n. 1-8, 1938-1945.

- AZEVEDO, M. *Sociologia Educacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.
- BOSI, A. Uma crônica das origens. In: CARDOSO, I.R. *A Universidade da Comunhão Paulista*. São Paulo: Cortez, 1982.
- CAPELATO, M. H. *O movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção tudo é história; 15)
- CARDOSO, I. R. *A Universidade da Comunhão Paulista*. SP: Cortez, 1982.
- CORREIA, L. de Melo *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- CUNHA, L. A. *A Universidade Temporã. O Ensino Superior da Colônia a Era de Vargas*. Rio de Janeiro, 1980.
- DEFFONTAINES, P. Ensaio de divisões regionais e estudo de uma civilização pioneira. O Estado do Espírito Santo. In: *Boletim Geográfico*. Ano 2 (19), outubro, 1944.
- DINIZ FILHO, L. L. Território e Estado Novo. Ideologias geográficas e Políticas Territoriais na Ditadura Vargas. São Paulo. Dissertação (Mestrado), FFLCH-USP, Departamento de Geografia, 1994a.
- . O 'Monumento dos Bandeirantes'. Um estudo crítico sobre as relações entre espaço, política e cultura. In: *Boletim Paulista de Geografia*, n.71, 1994b.
- DRAIBE, S. (1985). *Rumos e Metamorfose. Um Estudo sobre a Constituição do Estado e as Alternativas da Industrialização no Brasil 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- DUTRA FONSECA, P. C. Caio Prado Jr. In: *Revista de Economia Política*, vol. n° 11, 3 (43), julho-setembro, 1991.
- ESCOLAR, M. *Geografía francesa y política alemana: Camille Vallaux (1908-1912) Los trazos de una estrategia epistemológica olvidada*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1991.
- . Problemas de legitimación científica en la producción geográfica de

Perla Brígida Zusman

la realidad social. In: *Territorios de discusión y crítica en geografía y ciencias sociales*. Inst. Geog. UBA, Bs.As, n 2, 1989.

GEIGER, P. P. Industrialização e urbanização no Brasil. Conhecimento e atuação da Geografia. In: *Revista Brasileira de Geografia*. n.50 (especial) t.2, 1988.

GEORGE, P. Pierre Monbeig. In: *Annales de Géographie*. n. 542, julho-outubro, 1988.

GIANNOTTI, S. M. *A compreensão do complexo geográfico. Pierre Monbeig: um geógrafo francês na geografia paulista*. São Paulo. Monografia, FFLCH-USP, Departamento de Geografia, 1991.

JAMES, P. *All Possible Words*. Indianópolis, 1977.

LEFEBVRE, J. P. Les professeurs français des missions universitaires au Brésil (1934-1944). In: *Cahiers du Brésil Contemporaine*. n. 12, 1990.

LIMONGI, F. Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Jr. e a Revista Brasiliense. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.5(2), 1987.

LIPPI OLIVIERA, L. *A América e a fronteira: Turner e Roosevelt*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, CPEDOC, 1994. (mimeo)

———. *A Questão Nacional na Primeira República*. SP: Brasiliense, 1990.

LOVE, J. L. Federalismo y regionalismo en Brasil 1889-1937. In: CARMAGNANI, M.(coord.) *Federalismos latinoamericanos: México, Brasil, Argentina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

MARTINS, J. S. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In: *Tempo Social*. n.8, maio, 1996.

MASSI, F. *Estrangeiros no Brasil: a Missão Francesa na Universidade de São Paulo*. Campinas. Dissertação (Mestrado), Univ. Estadual de Campinas, 1991.

MICELI, S. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

- MONBEIG, P. A filosofia que orientou a criação da USP continua válida. In: LOURENÇO, Dantas Mota (coord). *A História Vivida (II)*. São Paulo: OESP, 1981.
- . *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. SP: Hucitec-Polis, 1977.
- . *La croissance da ville de São Paulo*. Grenoble: Institut et Revue de Géographie Alpine, 1953.
- . Geografia. In: BORBA DE MORAES. R. *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. Rio de Janeiro, 1949.
- . A geographia. Sciencia de Utilidade Pública. In: *O Estado de São Paulo*, 4-4-1935, 1940a.
- . *Ensaio de Geografia Humana Brasileira*. São Paulo: Libreria Martins, 1940b.
- . Orientación Didáctica. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1935.
- MONTEIRO, C. A. F. A. *Geografia no Brasil (1934-1977) Avaliação e Tendências*. São Paulo: FFLCH-USP, 1980.
- MORAES REGO, L. F. A expansão econômica de São Paulo e a Associação dos Geógrafos Brasileiros. In: *O Estado de São Paulo* 28-3, 1935.
- MORAES, A. C. R. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da Geografia no Brasil. In: *Estudos Históricos*. n.4(8), 1991.
- MURILHO DE CARVALHO, J. *A Construção da Ordem*. RJ: Campus, 1980.
- NADAI, E. *Ideologia do progresso e ensino superior 1891-1934*. São Paulo. Tese (Doutoramento), FFLCH-USP, 1982.
- OSÓRIO MACHADO, L. Artificio Político en el origen de la unidad territorial de Brasil. In: CAPEL, H. *Los Espacios Acotados. Geografía y Dominación Social*. Barcelona: PPU, 1990.
- PIMENTA VELLOSO, M. *A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista*. Rio de Janeiro: CPDOC, FGV, 1990.

Perla Brígida Zusman

- PRADO, M. L. C. *A Democracia Ilustrada. O Partido Democrático de São Paulo (1926-1934)*. São Paulo: Ática, 1986.
- RAIMUNDO, S. L. *A Gesta bandeirantes. O regionalismo paulista na obra de Cassiano Ricardo*. São Paulo. Monografia, FFLCH-USP, Departamento de Geografia, 1995.
- SCHAEFFER, F. *Excepcionalismo en Geografía*. Barcelona: Univ. Barcelona, 1977.
- SCHWARTZMAN, S. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: FINEP, 1979.
- SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO Curso Superior Livre de Geografia In: *RSGRJ*. Tomo XXXI, 1927.
- THERY, H & DROULERS, M. Pierre Monbeig: un géographe pionnier. IHEAL, 1991. (mimeo)
- VILA VALENTI, J. In Memoriam. L'oeuvre géographique de Pierre Deffontaines à Barcelone. In: *Revista de Geografia*. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XIV (1-2), 1980.
- VLACH, V. R. F. *A propósito do ensino de geografia: em questão, o nacionalismo patriótico*. São Paulo. Dissertação (Mestrado), FFLCH-USP, Departamento de Geografia, 1988.
- ZUSMAN, P. El Instituto Histórico y Geográfico Brasileiro y la Sociedad de Geografía de Rio de Janeiro. Continuidades y rupturas en el marco del proyecto geográfico imperial. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A. & ARROYO, M. *O Novo Mapa do Mundo. vol. III. Natureza e Sociedade de Hoje: Uma leitura geográfica*. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1994.
- ZUSMAN, P. Em torno a Geografia da República Velha. In: *I Encontro Nacional ANPEGE*. Aracaju. (mimeo), 1995.